



CORONAVÍRUS
COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

GRUPO DE TRABALHO PARA AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS

GT/CORONAVÍRUS

COLETÂNEA

POR ASSUNTO

NOVO CORONAVÍRUS - COVID-19

LEGISLAÇÃO SELECIONADA

JURISPRUDÊNCIA

MATERIAL DE APOIO

2020

Atualizado até 04/05/2020

CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO – NORMAS GERAIS	5
LEGISLAÇÃO FEDERAL.....	5
LEGISLAÇÃO ESTADUAL.....	7
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.....	9
JURISPRUDÊNCIA.....	9
MATERIAL DE APOIO	10
ATIVIDADES ECONÔMICAS E EVENTOS.....	14
LEGISLAÇÃO FEDERAL.....	14
LEGISLAÇÃO ESTADUAL.....	14
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.....	16
JURISPRUDÊNCIA.....	20
MATERIAL DE APOIO	21
RESTRICÇÕES DE CIRCULAÇÃO	25
LEGISLAÇÃO FEDERAL.....	25
LEGISLAÇÃO ESTADUAL.....	27
JURISPRUDÊNCIA.....	31
MATERIAL DE APOIO	32
TRANSPORTE PÚBLICO	35
LEGISLAÇÃO ESTADUAL.....	35
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.....	36
NORMAS TRABALHISTAS.....	37
LEGISLAÇÃO FEDERAL.....	37



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

LEGISLAÇÃO ESTADUAL.....	39
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.....	39
JURISPRUDÊNCIA.....	40
MATERIAL DE APOIO.....	41
DECLARAÇÕES DE EMERGÊNCIA.....	42
DISPOSIÇÕES INTERNACIONAIS.....	42
LEGISLAÇÃO FEDERAL.....	42
LEGISLAÇÃO ESTADUAL.....	43
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.....	43
REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA.....	44
LEGISLAÇÃO FEDERAL.....	44
LEGISLAÇÃO ESTADUAL.....	44
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.....	44
JURISPRUDÊNCIA.....	45
GESTÃO PÚBLICA.....	46
LEGISLAÇÃO FEDERAL.....	46
LEGISLAÇÃO ESTADUAL.....	49
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.....	50
JURISPRUDÊNCIA.....	51
MATERIAL DE APOIO.....	51
MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS.....	56
LEGISLAÇÃO FEDERAL.....	56
JURISPRUDÊNCIA.....	57
MATERIAL DE APOIO.....	58
GESTAÇÃO E LACTAÇÃO.....	63
MATERIAL DE APOIO.....	63

CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DISPOSIÇÕES INTERNAS.....	65
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.....	65
<i>Disposições da Procuradoria-Geral de Justiça</i>	<i>65</i>
<i>Notas Técnicas do Grupo de Trabalho para Ações de Enfrentamento do Novo Coronavírus – GT/CORONAVÍRUS</i>	<i>66</i>
<i>Informações e Orientações Técnicas – Centros de Apoio do MPBA.....</i>	<i>68</i>
<i>Material oriundo de outros ramos do Ministério Público</i>	<i>70</i>
GABINETE INTEGRADO DE ACOMPANHAMENTO DA EPIDEMIA	71
<i>Recomendações</i>	<i>71</i>
<i>Informativos.....</i>	<i>71</i>
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	77
<i>Portarias.....</i>	<i>77</i>
<i>Resoluções.....</i>	<i>77</i>
<i>Recomendações</i>	<i>78</i>
<i>Notas Técnicas.....</i>	<i>78</i>
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	79
<i>Portarias.....</i>	<i>79</i>
<i>Resoluções.....</i>	<i>79</i>
<i>Recomendações</i>	<i>80</i>
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA	82
<i>Decretos Judiciários.....</i>	<i>82</i>
<i>Atos Conjuntos.....</i>	<i>85</i>



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO – NORMAS GERAIS

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Lei nº 13.979/2020 – 06/02/2020

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento do novo coronavírus em território nacional, quais sejam: isolamento, quarentena, realização compulsória de exames, testes, coletas, vacinas e tratamentos; estudo epidemiológico, exumação, necrópsia, cremação e manejo de cadáver, barreiras sanitárias, requisição administrativa e autorização para importação de produtos sem registro da ANVISA. Indica a necessidade de fundamentação científica dos atos normativos. Permite a falta justificada ao serviço público e à atividade laboral privada pela ausência decorrente das referidas medidas. Dispõe sobre o procedimento licitatório para compra de materiais afeitos ao combate à pandemia. Suspende os prazos processuais de processos administrativos.

(Palavras-chave: medida; enfrentamento; isolamento; quarentena; exame; vacina; requisição; falta; justificada; licitação; dispensa; informação; prazo; processo)

Medida Provisória nº 926 – 20/03/2020

Altera a Lei nº 13.979/2020. Inclui a restrição excepcional e temporária de entrada e saída no país e de locomoção interestadual e intermunicipal como medidas de enfrentamento do novo coronavírus. Dispõe sobre regras de licitação para contratação de bens e serviços para o enfrentamento da pandemia.

(Palavras-chave: restrição; transporte; licitação; dispensa)

Portaria MS nº 356 – 11/03/2020



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979/2020. Traz procedimentos a respeito da medida de isolamento e da medida de quarentena, bem como da confirmação da doença COVID-19.

(Palavras-chave: isolamento; quarentena; diagnóstico; requisição; exames)

Portaria Interministerial nº 05 – 17/03/2020

Determina a compulsoriedade das medidas de enfrentamento previstas na Lei nº 13.979/2020, bem como sobre a responsabilidade pelo seu descumprimento.

(Palavras-chave: responsabilidade; compulsoriedade)

Portaria MS nº 414 – 18/03/2020

Autoriza a habilitação de até 2.540 leitos de UTI adulto e pediátrico, fornecidos pelo Ministério da Saúde, para atendimento exclusivo dos pacientes de COVID-19.

(Palavras-chave: leito; UTI)

Lei Federal nº 13.989 – 15/04/2020

Autoriza o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus.

(Palavras-chave: telemedicina)

Medida Provisória nº 954 – 17/04/2020

Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado e de Serviço Móvel Pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

(Palavras-chave: estatística; IBGE; pesquisa)



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Decreto Estadual nº 19.529 – 16/03/2020

Dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito do Estado da Bahia, para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. Traz as mesmas medidas previstas na Lei nº 13.979/2020. Autoriza as despesas para contratação de pessoal e pessoas jurídicas da área de saúde, aquisição de medicamentos, leitos de UTI e outros insumos. Suspende a realização de eventos e atividades que envolvam a aglomeração de mais de 50 pessoas. Determina a adoção de medidas sanitárias para concessionárias, permissionárias e administradoras de transporte público coletivo.

(Palavras-chave: aglomeração; isolamento; quarentena; requisição; autorização; medicamento; UTI; leito; eventos; aglomeração)

Decreto Estadual nº 19.549 – 18/03/2020

Declara Situação de Emergência em todo território baiano, em virtude do desastre classificado e codificado como Doença Infecciosa Viral – COBRADE 1.5.1.1.0, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19. Estende a todos os municípios baianos as determinações de suspensão de eventos e atividades que importam em aglomeração de pessoas.

(Palavras-chave: situação de emergência; eventos)

Decreto Estadual nº 19.586 – 27/03/2020

Ratifica a declaração de Situação de Emergência no território baiano. Define serviços públicos essenciais. Ratifica as medidas de enfrentamento ao novo coronavírus. Determina isolamento domiciliar mandatário dos pacientes confirmados com COVID-19. Autoriza a realização de despesas para a contratação



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

de pessoal e pessoas jurídicas da área de saúde, aquisição de medicamentos, leitos de UTI e outros insumos. Suspende a realização de eventos que envolvam a aglomeração de mais de 50 pessoas. Suspende a circulação, saída e chegada de qualquer transporte coletivo intermunicipal, público e privado, rodoviário e hidroviário nos Municípios que constam em seu anexo. Determina medidas de higiene sanitária para concessionárias, permissionárias e administradoras de transporte público coletivo. Determina a triagem de passageiros oriundos de locais com transmissão comunitária. Suspende as operações de atracação de embarcações de passageiros de grande porte. Determina o regime de urgência na tramitação dos processos administrativos referentes às matérias do decreto.

Alterado pelo Decreto Estadual nº 19.649 – 20/04/2020.

(Palavras-chave: ratificação; serviço; essencial; essenciais; aglomeração; isolamento; mandatório; obrigatório; despesas; evento; transporte; triagem; embarcação; cruzeiro; processo administrativo)

Decreto Estadual nº 19.650 – 20/04/2020

Dispõe sobre a supressão de prazos em processos administrativos disciplinares e sancionatórios no âmbito da Administração Pública Estadual, e dá outras providências.

(Palavras-chave: suspensão; prazo; PAD; processo)

Lei Estadual nº 14.261 – 29/04/2020

Dispõe sobre o uso obrigatório de máscaras pelas pessoas em circulação externa, bem como no trânsito, nos municípios em que estão em vigor os Decretos Legislativos de Reconhecimento de Estado de Calamidade Pública aprovados pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia e que tenham confirmado caso de COVID-19, como medida de enfrentamento à propagação e infecção do Coronavírus, causador da COVID-19, na forma que indica, e dá outras providências.

(Palavras-chave: máscara; obrigatoriedade)



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL*

Decreto Municipal nº 32.357 - 20/04/2020

Define o uso obrigatório de máscaras de proteção respiratória, pela população, no trânsito, transporte público, ambientes de trabalho, estabelecimentos cujas atividades não estejam suspensas e por vendedores ambulantes.

(Palavras-chave: máscara; EPI; obrigatoriedade)

JURISPRUDÊNCIA

STF - Decisão - ADPF 672/DF

Concede parcialmente medida cautelar para reconhecer e assegurar o exercício da competência concorrente dos Governos Estaduais e Distrital e suplementar dos Governos Municipais, cada qual no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus respectivos territórios, para a adoção ou manutenção de medidas restritivas legalmente permitidas durante a pandemia, tais como, a imposição de distanciamento/isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, atividades culturais e à circulação de pessoas, entre outras; INDEPENDENTEMENTE DE SUPERVENIÊNCIA DE ATO FEDERAL EM SENTIDO CONTRÁRIO, sem prejuízo da COMPETÊNCIA GERAL DA UNIÃO para estabelecer medidas restritivas em todo o território nacional, caso entenda necessário.

(Palavras-chave: competência; concorrente; suplementar; medida; restritiva)

STF - Decisão - ADI 6.351 MC/DF

* Toda legislação municipal referenciada no presente ementário é relativa ao Município de Salvador/BA.

CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Liminar referendada pelo Tribunal Pleno.

Concede medida cautelar para determinar a suspensão da eficácia do art. 6º-B da Lei 13.979/2020, incluído pelo art. 1º da Medida Provisória 928/2020, que suspende os prazos de resposta a pedidos de acesso à informação nos órgãos ou nas entidades da administração pública cujos servidores estejam sujeitos a regime de quarentena, teletrabalho ou equivalentes, e que dependam de acesso presencial de agentes públicos encarregados da resposta ou de agente público ou setor prioritariamente envolvido com as medidas de enfrentamento da situação de emergência de que trata a lei.

(Palavras-chave: decisão; acesso; informação)

MATERIAL DE APOIO

Ministério da Saúde - Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus – COVID-19

Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – Plano Estadual de Contingências para Enfrentamento do Novo Coronavírus – SARS CoV2

Secretaria de Saúde do Município de Salvador/Ba – Plano de Contingência para Infecção Humana do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2) do Município de Salvador

SESAB - Portal da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – Coronavírus

Congrega todo o material confeccionado pela SESAB a respeito da pandemia.



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

SESAB – Notas Técnicas e Boletins Epidemiológicos

Portal eletrônico que concentra as orientações técnicas e os boletins epidemiológicos diários da SESAB.

Portal da Transparência – Especial COVID-19

Dados sistematizados e estatísticas a respeito da pandemia em território nacional.

MS – Painel Coronavírus

Dados e estatísticas a respeito da pandemia em território nacional. Números atualizados.

SESAB - Nota Técnica DIVEP/SESAB – Coronavírus (COVID-19) nº 03 – 12/03/2020

Critérios para distanciamento social de casos suspeitos e confirmados de Coronavírus (COVID-19).

(Palavras-chave: distanciamento social)

ANVISA – Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA nº 04/2020

Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-COV-2).

(Palavras-chave: prevenção; controle; medida)

MS – Boletins Epidemiológicos

CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Boletins epidemiológicos com dados e análises a respeito de distanciamento e isolamento social, dentre outros assuntos.

Boletim Epidemiológico 07

Boletim Epidemiológico 08

Boletim Epidemiológico 11

Boletim COE COVID-19 nº 13

(Palavras-chave: boletim; isolamento social; dados)

OMS – Considerações no ajustamento da saúde pública e de medidas sociais no contexto de COVID-19 (*Considerations in adjusting public health and social measures in the context of COVID-19*)

OLIVEIRA, Eduardo Perez. DOUGLAS, William. Direito à saúde x pandemia. A judicialização em tempos de coronavírus: quando o direito encontra a realidade. Rio de Janeiro: Impetus, 2020.

STF – Autos da ADI nº 6.341 MC/DF

PGR - Parecer SFCONST/PGR Nº 100129/2020

Parecer emitido pela PGR nos autos da ADI 6.341/DF, acima referenciada. Opina pelo indeferimento da medida cautelar, e pela validade dos dispositivos legais questionados na ação.

STF – Decisão Monocrática

Decisão emitida pelo Min. Rel. Marco Aurélio, nos autos da ADI 6.341/DF, acima mencionada. Defere, em parte, a medida acauteladora, para tornar explícita,



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

no campo pedagógico e na dicção do Supremo, a competência concorrente para legislar sobre a matéria dos dispositivos impugnados.

ATIVIDADES ECONÔMICAS E EVENTOS

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Decreto Federal nº 10.282 – 20/03/2020

Regulamenta a Lei nº 13.979/2020. Define serviços públicos essenciais e atividades essenciais. Indica que o Poder Judiciário e Legislativo, os Tribunais de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública devem definir suas limitações de funcionamento.

Complementado pelo Decreto Federal nº 10.288/2020, pelo Decreto Federal nº 10.292/2020 e pelo Decreto Federal nº 10.329/2020.

(Palavras-chave: serviço; atividade; essenciais; essencial)

Medida Provisória nº 948 – 08/04/2020

Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

(Palavras-chave: turismo; cultura; show; espetáculo)

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Decreto Estadual nº 19.529 – 16/03/2020

Suspende a realização de eventos e atividades com a presença de público superior a 50 pessoas, ainda que previamente autorizados, que envolvem aglomeração de pessoas, tais como: eventos desportivos, religiosos, shows, feiras, circos, eventos científicos, passeatas, aulas em academias de dança e ginástica.



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Suspende as atividades letivas nas unidades de ensino públicas e privadas, a abertura e funcionamento de zoológicos, museus, teatros e afins. Determina a ocorrência de jogos de campeonato de futebol, profissionais ou não, sem a participação de público ou torcida.

(Palavras-chave: evento; religioso; culto; show; feira; circo; passeata; academia; escola; zoológico; museu; teatro; futebol; esporte; desportivo)

Decreto Estadual nº 19.549 – 18/03/2020

Estende as medidas de suspensão de eventos que importam em aglomeração de pessoas previstas no Decreto nº 19.529/2020 a todos os Municípios do Estado da Bahia.

(Palavras-chave: evento; suspensão; municípios)

Decreto Estadual nº 19.586 – 27/03/2020

Define como serviços públicos essenciais as atividades relacionadas a segurança pública, saúde, proteção e defesa civil, fiscalização e arrecadação. Suspende a realização por 30 dias, contados a partir de 17/03/2020, de eventos e atividades com presença de público superior a 50 pessoas, ainda que previamente autorizados, que envolvem aglomeração de pessoas, tais como: eventos desportivos, religiosos, shows, feiras, circos, eventos científicos, passeatas, aulas em academia de dança e ginástica. Suspende as atividades letivas nas unidades de ensino públicas e particulares. Suspende a abertura de zoológicos, museus, teatros e afins. Suspende os jogos de campeonatos de futebol, profissionais e não profissionais.

Alterado pelo Decreto Estadual nº 19.649 – 20/04/2020.

Prorrogado até 18/05 pelo Decreto Estadual nº 19.669 – 30/04/2020.

(Palavras-chave: serviço; essencial; evento; aglomeração; esporte; futebol; culto; religioso; show; feira; circo; palestra; passeata; academia; escola; zoológico; museu; teatro)

CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Municipal nº 9.517/2020 - 30/03/2020

Institui o "Auxílio Salvador por Todos", no âmbito da Assistência Social, com o objetivo de garantir aos cidadãos que não têm emprego formal as condições mínimas de sobrevivência, diante da pandemia de coronavírus, na forma que indica. Beneficiados: baianas de acarajé, ambulantes, feirantes, camelôs, barraqueiros, baleiros, taxistas, motoristas de aplicativos e mototaxistas, com idade superior a 60 anos, guardadores de carro, recicladores, titulares de benefício moradia, em razão vulnerabilidade social, que não recebam bolsa família e titulares de benefício moradia, cadastrados pelo Município como população de rua, que não recebam bolsa família.

(Palavras-chave: auxílio; benefício; assistência; 270)

Lei Municipal nº 9.524/2020 - 15/04/2020

Amplia o benefício Salvador por Todos. Autoriza o poder executivo municipal a doar uma cesta básica por mês, limitada ao período de três meses, a favor dos beneficiários que indica.

(Palavras-chave: cesta básica; benefício; auxílio)

Decreto Municipal nº 32.248/2020 - 14/03/2020

Suspende eventos realizados pela Administração Pública para público igual ou superior a 500 pessoas. Recomenda a suspensão e cancelamento daqueles que não necessitam de licenciamento. Trata da medida de isolamento. Determina a notificação compulsória de COVID-19 para laboratórios públicos ou privados.

(Palavras-chave: eventos; aglomeração; isolamento; notificação compulsória)

Decreto Municipal nº 32.256/2020 - 16/03/2020



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Suspende o funcionamento dos parques públicos, academias, cinemas, teatros e parques infantis privados, bem como das escolas municipais e da rede privada de ensino licenciadas pela Prefeitura. Traz sanções para o descumprimento da notificação compulsória.

Prorrogado pelo Decreto nº 32.317/2020 e pelo Decreto nº 32.350/2020.

(Palavras-chave: parque; academia; cinema; teatro; escola; notificação compulsória)

Decreto Municipal nº 32.268 – 18/03/2020

Suspende o funcionamento de shopping centers, centros comerciais e demais estabelecimentos correlatos, bem como do Mercado Modelo e do Elevador Lacerda.

Prorrogado pelo Decreto Municipal nº 32.352 – 16/04/2020.

(Palavras-chave: shopping; mercado modelo; elevador lacerda)

Decreto Municipal nº 32.272 – 19/03/2020

Suspende o funcionamento de clubes sociais, recreativos e esportivos. Interditada o uso e proíbe o comércio em praias em Salvador. Reduz em 30% o número de funcionários em *call center*, e proíbe o trabalho em *call center* de trabalhadores em grupo de risco. Suspende a prestação de serviços odontológicos eletivos. Autoriza a redução em até 30% da frota de ônibus municipais. Autoriza o fornecimento de fraldas e cestas básicas a favor de crianças portadoras de microcefalia e dos alunos matriculados em creches conveniadas ao Município.

Prorrogado pelo Decreto Municipal nº 32.356 – 20/04/2020.

(Palavras-chave: clubes; praias; call center; dentista; odontológico; frota; ônibus; contratação direta; cesta básica)

Decreto Municipal nº 32.280 – 23/03/2020



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Suspende o funcionamento de casas de shows e espetáculos de qualquer natureza, boates, danceterias, salões de dança, casas de festa, clínicas de estética, salões de beleza, bares, restaurantes, lanchonetes e lojas de conveniência situadas em postos de combustível. Autoriza a entrega a domicílio e retirada no estabelecimento. Proíbe aglomeração de mais de 50 pessoas. Suspende a realização de obras em imóveis. Interdita academias em áreas comuns de prédios.

Prazo prorrogado pelo Decreto Municipal nº 32.350 – 15/04/2020 e pelo Decreto Municipal nº 32.364 – 22/04/2020 até 04/05/2020.

(Palavras-chave: casa de show; espetáculo; boate; danceteria; festa; clínica de estética; salão de beleza; bar; restaurante; lanchonete; delivery; loja de conveniência; aglomeração; obra; reforma; alvará; academia; contratação emergencial)

Decreto Municipal nº 32.287 – 25/03/2020

Determina aos mercados e supermercados que estabeleçam horário especial para atendimento exclusivo para idosos, das 7h às 9h. Suspende o pagamento dos estacionamentos Zona Azul. Recomenda o atendimento preferencial a idosos nas entregas delivery.

O Decreto Municipal nº 32.304 – 27/03/2020 excepciona o atendimento exclusivo nos casos de atacados.

Prazo prorrogado pelo Decreto Municipal nº 32.364 – 22/04/2020 até 04/05/2020.

(Palavras-chave: mercado; supermercado; idoso; zona azul; estacionamento)

Decreto Municipal nº 32.297 – 26/03/2020

Suspende o funcionamento de estabelecimento caracterizados como comércio de rua, exceto: comércio de material de construção e limpeza, serviços e



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

comércio relativos à atividade de saúde, oficinas automotivas, farmácias, supermercados, comércios de gênero alimentício, açougue, padarias, serviços e comércio relativos à saúde animal e estabelecimentos com área total inferior a 200m².

Prazo prorrogado pelo Decreto Municipal nº 32.364 – 22/04/2020 até 04/05/2020.

(Palavras-chave: comércio de rua; exceção; material de construção; limpeza; farmácia; supermercado; açougue; padaria; pet shop; clínica veterinária; oficina)

Decreto Municipal nº 32.320 – 01/04/2020

Define as regras de funcionamento das agências bancárias no Município de Salvador.

(Palavras-chave: agência bancária)

Decreto Municipal nº 32.326 – 03/04/2020

Prorroga o prazo de aplicação das regras de funcionamento previstas nos Decretos Municipais nº 32.268/2020, 32.272/220 e 32.297/2020. Suspende a utilização de campos e quadras públicas.

(Palavras-chave: campo; quadra; esporte)

Decreto Municipal nº 32.332 – 07/04/2020

Prorroga o prazo de aplicação das regras de funcionamento previstas nos Decretos Municipais nº 32.280/2020, 32.280/2020; 32.287/2020 e 32.297/2020.

Prazo prorrogado pelo Decreto Municipal nº 32.364 – 22/04/2020 até 04/05/2020.

(Palavras-chave: combustível; atividade sonora; mercado público; obra; reparo; estacionamento; mercado; supermercado)



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

JURISPRUDÊNCIA

STF - Decisão - ADPF 669 MC/DF

Concede medida cautelar para vedar a produção e circulação, por qualquer meio, de campanha que pregue que “O Brasil Não Pode Parar” ou que sugira que a população deve retornar às suas atividades plenas, ou, ainda, que expresse que a pandemia constitui evento de diminuta gravidade para a saúde e a vida da população. Determina, ainda, a sustação da contratação de qualquer campanha publicitária destinada ao mesmo fim.

De teor idêntico foi a decisão da ADPF 668 MC/DF, que trata sobre a mesma campanha publicitária.

(Palavras-chave: campanha; publicidade; retorno; atividade; o Brasil Não Pode Parar)

STF - Decisão - ADPF 672/DF

Reconhece e assegura o exercício da competência concorrente dos governos estaduais e distrital, e suplementar dos governos municipais, cada qual no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus respectivos territórios, para a adoção ou manutenção de medidas restritivas legalmente permitidas durante a pandemia, como a suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio e atividades culturais.

(Palavras-chave: competência; concorrente; suspensão; eventos; comércio; aula)

STF - Suspensão de Segurança 5.362/PI

Denega pedido de suspensão de segurança realizado pelo Município de Teresina contra decisão judicial que autoriza o pleno funcionamento de atividades



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

industriais na municipalidade, face à ação proposta pela AMBEV, que questionava a validade de decreto municipal proibitório. O Ministro Relator entendeu que o decreto municipal carecia de fundamentação técnica, indicando que a simples existência da pandemia não poderia servir de justificativa para a restrição imposta.

(Palavras-chave: fundamentação; técnica; ANVISA; justificativa; restrição)

TJPR - Pedido de Suspensão de Liminar nº 0017227-84.2020.8.16.0000

Julga improcedente pedido de suspensão de decisão que concede medida liminar que determina a suspensão dos efeitos do Decreto Municipal nº 90/2020, do Município de Curiúva/PR, que autoriza e regulamenta o funcionamento das lojas de comércio varejista e atacadista de qualquer espécie, salões de beleza e barbearias, lanchonetes, restaurantes, escritórios e consultórios de qualquer espécie, determina o isolamento domiciliar das pessoas consideradas de grupo de risco de contágio por coronavírus e recomenda que a população permaneça em casa, mas que, caso saiam, utilizem máscaras de proteção.

(Palavras-chave: isolamento social; suspensão; atividades)

TJPR - Pedido de Suspensão de Liminar nº 0016375-60.2020.8.16.0000

Julga improcedente pedido de suspensão de decisão que concede medida liminar para determinar a suspensão dos efeitos do Decreto Municipal nº 88/2020, do Município de Marechal Cândido Rondon/PR, que permitia a reabertura do comércio.

(Palavras-chave: suspensão; comércio; atividade)

MATERIAL DE APOIO

Nota Técnica GT/CORONAVÍRUS MPBA nº 001 - 28/03/2020



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Visa o acompanhamento e fiscalização dos atos públicos que importem aglomeração de pessoas, em violação aos decretos estaduais e municipais, editados para combater e prevenir a doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19).

(Palavras-chave: evento; aglomeração)

Nota Técnica GT/CORONAVÍRUS MPBA nº 005 – 03/04/2020

Orienta a atuação dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia face ao Poder Público em relação às medidas não farmacológicas de mitigação da pandemia de COVID-19, notadamente quanto à abertura e ao fechamento dos espaços acessíveis ao público.

(Palavras-chave: espaço; locomoção)

PFDC – Nota Técnica nº 7/2020/PFDC/MPF

Parecer emitido pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão para orientar a atuação das PRDC, PDC e NAOP sobre a atuação de Estados e Municípios nas restrições às atividades não essenciais frente à pandemia do novo coronavírus. *Controvertido*, opina pela não autorização dos gestores locais a adotar quaisquer medidas que, de algum modo, causem impacto no isolamento social recomendado pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde. Indica que a eles tampouco é permitido determinar o funcionamento daquilo que não é serviço ou atividade essencial, nos termos dos Decretos 10282 e 10288/2020.

(Palavras-chave: parecer; atividade; serviço; essencial; competência)

MPC – Recomendação Administrativa MPC/BA nº 01/2020

Recomendação expedida pelo Ministério Público de Contas do Estado da Bahia, aos Municípios Baianos, para que se abstenham de realizar quaisquer festejos juninos utilizando dinheiro ou recursos públicos, ainda que previstos em orçamento, bem como que sejam suspensos todos os processos licitatórios, inclusive os de dispensa ou inexigibilidade de licitação, eventualmente deflagrados



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

visando a realização de festividades juninas no exercício de 2020. Também recomenda que, no período de combate à COVID-19, se abstenham de autorizar a realização de despejas com festejos de qualquer natureza.

(Palavras-chave: recomendação; junina; festa; evento)

Informativo GIAC nº 03 – 22/03/2020

Temas: passageiros, portos e aeroportos; medicamento cloroquina; subnotificação; fechamento de vias terrestres; favelas e congêneres; pessoas em situação de rua; liberação de recursos para os Estados; cultos religiosos; leitos de UTI; cooperação internacional; aquisição de EPI; *fake news*; aglomeração de idosos em postos de vacinação; contratação de médicos estrangeiros.

Informativo GIAC nº 05 – 23/03/2020

Temas: kits de teste e EPI; *fake news*; serviços essenciais; fechamento de rodovias e circulação de cargas; aumento abusivo de preços de insumos; flexibilização de procedimentos de aprovação de medicamentos e tratamentos.

Informativo GIAC nº 11 – 06/04/2020

Temas: estabelecimentos comerciais abertos em aeroportos; aglomeração de idosos em razão da vacinação contra gripe; limitação ou impedimento de marketplaces que comercializam itens essenciais para profissionais de saúde em grandes quantidades e a preços altos; telecomunicações; atuação dos hospitais universitários; internação compulsória; evitamento do desabastecimento, dentre outros.

Informativo GIAC nº 15 – 24/04/2020



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Temas: orientações para navios, hotéis, instituições de acolhimento e hospitais de campanha; funcionamento de serviços essenciais para profissionais de transporte.



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

RESTRICÇÕES DE CIRCULAÇÃO

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Lei nº 13.979/2020 – 06/02/2020

Permite, dentre as medidas de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, a restrição excepcional e temporária, conforme recomendação técnica e fundamentada da ANVISA, por portos ou aeroportos, de entrada e saída do país e locomoção interestadual e intermunicipal.

(Palavras-chave: restrição; locomoção; porto; aeroporto; rodovia)

Portaria Interministerial nº 120 – 17/03/2020

Restringe excepcional e temporariamente, pelo prazo de 15 dias, a entrada no país, por rodovias ou meios terrestres, de estrangeiros oriundos da Venezuela.

(Palavras-chave: viagem; estrangeiro)

Portaria Interministerial nº 125 – 19/03/2020

Restringe excepcional e temporariamente, pelo prazo de 15 dias, a entrada no país de estrangeiros oriundos dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa, Guiana, Paraguai, Peru e Suriname. Traz algumas hipóteses de exceção e permite o livre tráfego do transporte rodoviário de cargas, a execução de ações humanitárias transfronteiriças e o tráfego de residentes de cidades gêmeas com linha de fronteira exclusivamente terrestre.

(Palavras-chave: viagem; estrangeiro; entrada)

Portaria Interministerial nº 126 – 19/03/2020

Restringe excepcional e temporariamente, pelo prazo de 30 dias, a entrada no país, por via aérea, de estrangeiros provenientes dos seguintes países: China,



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

União Europeia, Islândia, Noruega, Suíça, Reino Unido, Irlanda do Norte, Austrália, Japão, Malásia e Coreia do Sul.

(Palavras-chave: viagem; estrangeiro; entrada; aeroporto)

Portaria Interministerial nº 132 – 22/03/2020

Restringe excepcional e temporariamente, pelo prazo de 30 dias, a entrada no país, por via terrestre, de estrangeiros provenientes do Uruguai.

Prorrogada pela Portaria nº 195 – 20/04/2020.

(Palavras-chave: viagem; estrangeiro; entrada; terrestre)

Portaria Interministerial nº 133 – 23/03/2020

Restringe a entrada no país, por 30 dias, de estrangeiros, por via aérea, independentemente da nacionalidade, oriundos dos seguintes países: China, União Europeia, Islândia, Noruega, Suíça, Reino Unido, Irlanda do Norte, Austrália, Irã, Japão, Malásia e Coreia do Sul.

(Palavras-chave: viagem; estrangeiro; entrada; aeroporto)

Portaria MJSP nº 149 – 27/03/2020

Complementa a Portaria nº 133 e proíbe a entrada de estrangeiro no país, independente da nacionalidade, em trânsito internacional por via aérea, quando o país de destino ou de sua nacionalidade não admitir seu ingresso via aérea, terrestre ou aquaviária.

(Palavras-chave: estrangeiro; aeroporto)

Portaria MJSP nº 8 – 02/04/2020

Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa, Guiana, Paraguai, Peru e Suriname.

(Palavras-chave: estrangeiro; restrição)



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Portaria Interministerial nº 201 – 24/04/2020

Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, por transporte aquaviário, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

(Palavras-chave: estrangeiro; restrição; aquaviária)

Portaria Interministerial nº 203 – 28/04/2020

Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, por via aérea, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

(Palavras-chave: estrangeiro; restrição; aérea)

Portaria nº 204 – 29/04/2020

Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, por via terrestre, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

(Palavras-chave: estrangeiro; restrição; terrestre)

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Os decretos abaixo suspendem a circulação, saída e chegada de qualquer transporte coletivo intermunicipal, público e privado, rodoviário e hidroviário, nas modalidades regular, fretamento, complementar, alternativo e de vans, exceto os rodoviários e hidroviários, públicos ou particulares, para deslocamento de trabalhadores residentes em locais próximos aos Municípios, desde que conduzidos para o exercício de atividade profissional.

Também suspende os atendimentos presenciais do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC.



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Cada decreto trata de um conjunto de Municípios.

(Palavras-chave: transporte; coletivo; intermunicipal; rodovia; hidrovias; deslocamento; circulação)

Decreto nº 19.549 – 18/03/2020

Municípios: Salvador, Feira de Santana, Porto Seguro, Prado, Lauro de Freitas, Simões Filho, Vera Cruz e Itaparica.

Decreto nº 19.550 – 19/03/2020

Municípios: Ilhéus, Itabuna e Itacaré.

Decreto nº 19.553 – 20/03/2020

Município: Camaçari

Decreto nº 19.554 – 21/03/2020

Municípios: Luís Eduardo Magalhães, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Guanambi e Vitória da Conquista.

Decreto nº 19.555 – 22/03/2020

Municípios: Santa Maria da Vitória, Correntina e Entre Rios.

Decreto nº 19.567 – 23/03/2020

Municípios: Jequié, Brumado, Conceição do Jacuípe, Juazeiro de Teixeira de Freitas.

Decreto nº 19.569 – 24/03/2020

Município: Nova Soure.

Decreto nº 19.585 – 27/03/2020

Município: Ipiaú.

Decreto nº 19.586 – 27/03/2020



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Municípios: Salvador, Feira de Santana, Porto Seguro, Prado, Lauro de Freitas, Simões Filho, Vera Cruz, Itaparica, Ilhéus, Itacaré, Camaçari, Luís Eduardo Magalhães, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Guanambi, Vitória da Conquista, Santa Maria da Vitória, Correntina, Entre Rios, Jequié, Brumado, Conceição do Jacuípe, Juazeiro, Teixeira de Freitas, Nova Soure, São Domingos, Canarana, Ipiaú, Itagibá, Itamaraju, Itororó, Pojuca e Dias d'Ávila.

Decreto nº 19.603 – 01/04/2020

Municípios: Santa Cruz Cabralia e Barra do Rocha

Decreto nº 19.612 – 02/04/2020

Municípios: Eunápolis e Belmonte

Decreto nº 19.617 – 06/04/2020

Municípios: Ajustina, Cachoeira, São Félix, Gandu, Ibirataia, Itarantim, Palmeiras, Piripá, Barra do Choça, Campo Formoso, Catu, Ibotirama e São Francisco do Conde.

Decreto nº 19.620 – 08/04/2020

Municípios: Araci, Aurelino Leal, Euclides da Cunha, Gongogi, Itagi, Itatim e Serrinha.

Decreto nº 19.649 – 20/04/2020

Altera o Anexo I e o Anexo II do Decreto nº 19.586/2020. Elenca rol de 81 Municípios no Anexo I e 24 Municípios no Anexo II.

Decreto nº 19.652 – 22/04/2020

Municípios: Acajutiba, Candeias, Cravolândia, Ibicaraí, Paulo Afonso, Rio Real e Serra Preta.

Suspende a eficácia do Anexo I do Decreto nº 19.586/2020, em relação aos municípios de Barra, Barra do Choça, Campo Formoso, Ibotirama e Santa Maria da



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Vitória, haja vista transcorridos 14 (quatorze) dias ou mais sem novos casos de COVID-19 confirmados nestes Municípios, fruto da efetividade da adoção da política de isolamento.

Decreto nº 19.653 – 23/04/2020

Municípios: Água Fria, Almadina, Campo Alegre de Lourdes, Licínio de Almeida e São José da Vitória.

Suspende a eficácia do Anexo I do Decreto nº 19.586/2020, em relação aos municípios de Araci, Aurelino Leal, Belmonte, Conceição do Coité, Euclides da Cunha, Itagi, Itatim e Ituberá.

Decreto nº 19.659 – 24/04/2020

Municípios: Cruz das Almas, Maragogipe e Sátiro Dias.

Suspende a eficácia do Anexo I do Decreto nº 19.586/2020, em relação aos municípios de: Brumado e Cansanção.

Decreto nº 19.661 – 27/04/2020

Municípios: Caetanos, Caldeirão Grande, Camamu, Gandu, Ibotirama, Laje, Lajedo do Tabocal, Livramento de Nossa Senhora, Nilo Peçanha, Oliveira dos Brejinhos, Santaluz e Ubaitaba.

Suspende a eficácia do Anexo I do Decreto nº 19.586/2020, em relação ao município de: Serra do Ramalho.

Decreto nº 19.667 – 29/04/2020

Municípios: Arataca, Maracás, Maraú e Santo Amaro.

Suspende a eficácia do Anexo I do Decreto nº 19.586/2020, em relação aos municípios de: Luís Eduardo Magalhães.

Decreto nº 19.669 – 30/04/2020

Município: Guaratinga



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Suspende a eficácia do Anexo I do Decreto nº 19.586/2020, em relação aos municípios de Aiquara e Conceição de Jacuípe.

JURISPRUDÊNCIA

STF – Decisão - ADPF 672/DF

Reconhece e assegura o exercício da competência concorrente dos governos estaduais e distrital, e suplementar dos governos municipais, cada qual no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus respectivos territórios, para a adoção ou manutenção de medidas restritivas legalmente permitidas durante a pandemia, como à circulação de pessoas.

(Palavras-chave: competência; concorrente; suspensão; locomoção)

STF – Decisão – ADI 6.343 MC/DF

Indefere pedido liminar para assegurar a vigência de dispositivos da Lei nº 13.979/2020, alterada pelas Medidas Provisórias nº 926 e 927, relativos à restrição excepcional e temporária de transporte intermunicipal.

(Palavras-chave: competência; transporte; intermunicipal; interestadual)

TRF2 – Agravo de Instrumento nº 5003393-49.2020.4.02.0000/RJ

Concede pedido de efeito suspensivo do AI realizado pelo Município de Itatiaia/RJ, para manter em vigor dispositivo de decreto municipal que determina o fechamento das entradas e saídas da municipalidade, para o recebimento de veículos de turismo ou particular de cidadãos que não sejam moradores e não estejam enquadrados em hipóteses de exceção previstas no ato normativo.

(Palavras-chave: bloqueio; sanitário; locomoção)

IFBA – Decisão – ACP 1015488-06.2020.4.01.3300



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Defere tutela de urgência e suspende os efeitos de dispositivos de decreto municipal de Paulo Afonso/Ba, determinando que o município se abstenha de restringir ou impedir a entrada e saída de pessoas e veículos de seu território.

(Palavras-chave: bloqueio; restrição; locomoção)

TJSP - Decisão - Suspensão de liminares n. 2054679-18.2020.8.26.0000

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo suspende liminares concedidas por magistrados nas quais se determinava o bloqueio e a restrição de acesso a municípios do Estado.

(Palavras-chave: suspensão; liminar; bloqueio; locomoção)

TJPR - Decisão - HC 0016440-55.2020.8.16.0000

Tribunal de Justiça do Paraná concede medida liminar para suspender imediatamente os efeitos de decreto municipal do Município de Umuarama/PR que determinava toque de recolher para o território.

(Palavras-chave: toque de recolher; restrição; locomoção)

MATERIAL DE APOIO

Nota Técnica GT/CORONAVÍRUS MPBA004 - 02/04/2020

Orienta a atuação dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia face ao Poder Público quanto à possibilidade de implementação de bloqueios sanitários intermunicipais e interestaduais.

(Palavras-chave: bloqueio; sanitário; barreira)

PGR - Parecer SFCNST/PGR Nº ÚNICO 87601/2020 - ADPF nº 665/DF



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

ADPF ajuizada para contestar decretos municipais e estaduais que determinaram o fechamento de limites entre municípios e divisas entre estados com o objetivo de minimizar os efeitos do contágio do novo coronavírus. Opina pelo deferimento da medida cautelar, a fim de suspender a eficácia de todos os atos normativos estaduais e municipais que, unilateralmente e sem observância dos condicionamentos estabelecidos pela legislação federal – em especial a exigência de certeza científica para adoção da medida, embasada em manifestação técnica dos órgãos federais competentes (Anvisa e Ministério da Saúde) –, restrinjam a locomoção individual e o transporte intermunicipal e interestadual de pessoas e de cargas, acarretando riscos de desabastecimento e falta de acesso a serviços de saúde para as populações diretamente afetadas.

(Palavras-chave: parecer; bloqueio; inválido; fundamentação; técnica)

Informativo GIAC nº 03 – 22/03/2020

Temas: passageiros, portos e aeroportos; medicamento cloroquina; subnotificação; fechamento de vias terrestres; favelas e congêneres; pessoas em situação de rua; liberação de recursos para os Estados; cultos religiosos; leitos de UTI; cooperação internacional; aquisição de EPI; *fake news*; aglomeração de idosos em postos de vacinação; contratação de médicos estrangeiros.

Informativo GIAC nº 05 – 23/03/2020

Temas: kits de teste e EPI; *fake news*; serviços essenciais; fechamento de rodovias e circulação de cargas; aumento abusivo de preços de insumos; flexibilização de procedimentos de aprovação de medicamentos e tratamentos.

Informativo GIAC nº 11 – 06/04/2020

Temas: distribuição de EPI a pessoas oriundas do exterior; medidas de desinfecção de portos e aeroportos; triagem de passageiros nos aeroportos; normatização da restrição de embarcações em portos sob concessão e municipais; estabelecimentos comerciais abertos em aeroportos; fechamento de fronteiras;



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

delegação para elaborar recomendações acerca de restrições ao transporte rodoviário; repatriação de brasileiros no exterior; evitamento do desabastecimento, dentre outros.

Informativo GIAC nº 12 - 14/04/2020

Temas: chegada da doença por meio de passageiros, portos e aeroportos; fechamento de vias terrestres intermunicipais e interestaduais (bloqueios sanitários); teletrabalho e serviços essenciais; restrição temporária e excepcional de locomoção; brasileiros no exterior, dentre outros.

TRANSPORTE PÚBLICO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Decreto Estadual nº 19.529 – 16/03/2020

Determina às concessionárias, permissionárias e administradoras de transporte público coletivo, municipal, intermunicipal e interestadual, e as prestadoras de transporte escolar, público e privado, a adoção de medidas sanitárias com o propósito de garantir a higienização adequada dos equipamentos de uso comum.

(Palavras-chave: concessionária; permissionária; transporte público; coletivo; transporte escolar)

Decreto Estadual nº 19.586 – 27/03/2020

Ratifica as determinações destinadas às concessionárias, permissionárias e administradoras de transporte coletivo a respeito da adoção de medidas sanitárias de higienização dos equipamentos de uso comum. Reforça a utilização de EPI pelos trabalhadores que realizam as atividades de limpeza nos meios de transporte coletivo e respectivos terminais, bem como dos responsáveis pela coleta e descarte dos resíduos sólidos, esgotamento sanitário e higienização de fossa séptica. Determina a ampliação de locais para higienização das mãos com água corrente e sabonete líquido, ou a disponibilização de álcool gel para utilização de funcionários e usuários do serviço público. Determina a realização de procedimento de triagem em passageiros oriundos de localidades onde ocorre transmissão comunitária da COVID-19, nos terminais de transporte rodoviário, portuário e aeroportuário. Determina a suspensão das operações de atracação de cruzeiros e outras embarcações de passageiros de grande porte.

Alterado pelo Decreto Estadual nº 19.649 – 20/04/2020.



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

(Palavras-chave: concessionária; permissionária; transporte coletivo; ônibus; ferry boat; catamarã; lancha; EPI; terminal; resíduo; lixo; álcool; água; triagem; aferição; temperatura; cruzeiro; barco; embarcação; aeroporto; rodoviária)

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Decreto Municipal nº 32.272 - 19/03/2020

Autoriza a redução em até 30% da circulação da frota de ônibus no Município de Salvador, exceto nos horários de pico.

(Palavras-chave: ônibus; frota)

NORMAS TRABALHISTAS

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Lei nº 13.979/2020 – 06/02/2020

Dispõe que será considerado falta justificada ao serviço público ou à atividade laboral privada o período de ausência decorrente das medidas de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

(Palavras-chave: ausência; falta; justificada)

Medida Provisória nº 927 – 22/03/2020

Dispõe sobre as medidas trabalhistas que podem ser adotadas pelos empregadores para preservação do emprego e da renda e para enfrentamento do novo coronavírus. Traz as seguintes medidas: teletrabalho, antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas, aproveitamento e antecipação de feriados, banco de horas, suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho, direcionamento do trabalhador para qualificação e diferimento do recolhimento do FGTS. Permite que acordos individuais de trabalho tenham status supralegal.

(Palavras-chave: MP; trabalhista; FGTS; CLT; acordo)

Medida Provisória nº 936 – 01/04/2020

Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares. Permite o acordo de redução proporcional da jornada de trabalho e de salário por até 90 dias. Dispõe sobre a suspensão temporária do contrato de trabalho, pelo prazo máximo de 60 dias.

(Palavras-chave: renda; mínima; benefício; emergencial; emprego; jornada; suspensão)



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Lei nº 13.982 – 02/04/2020

Dispõe sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

(Palavras-chave: benefício; prestação; continuada)

Medida Provisória nº 944 – 03/04/2020

Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos.

(Palavras-chave: suporte; emprego; crédito)

Decreto Federal nº 10.316 – 07/04/2020

Regulamenta a Lei nº 13.982/2020. Define trabalhador formal ativo, trabalhador informal, trabalhador intermitente ativo, família monoparental com mulher provedora e benefício temporário. Estabelece as regras para a concessão do auxílio emergencial no valor de R\$600,00 (seiscentos reais).

(Palavras-chave: benefício; auxílio emergencial; 600; seiscentos)

Medida Provisória nº 946 – 07/04/2020

Extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

(Palavras-chave: PIS-PASEP; FGTS)

Medida Provisória nº 936 – 29/04/2020

Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que

CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, e prorroga a vacatio legis da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Lei Estadual nº 14.258 – 13/04/2020

Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso e fornecimento de máscaras em estabelecimentos públicos, industriais, comerciais, bancários, rodoviários, metroviários e de transporte de passageiros nas modalidades pública e privada, como medida de enfrentamento à disseminação do novo coronavírus, causador da COVID-19, na forma que indica, e dá outras providências.

(Palavras-chave: máscara; EPI)

Decreto Estadual nº 14.258 – 13/04/2020

Regulamenta a Lei nº 14.258, de 14 de abril de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade de uso e fornecimento de máscaras em estabelecimentos públicos, industriais, comerciais, bancários, rodoviários, metroviários e de transporte de passageiros nas modalidades pública e privada, como medida de enfrentamento à disseminação do novo coronavírus, causador da COVID-19.

(Palavras-chave: obrigatoriedade; EPI; máscara)

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Decreto Municipal nº 32.337 – 11/04/2020

Determina o uso obrigatório de máscaras caseiras artesanais para os funcionários de mercados e supermercados, construção civil, limpeza urbana e postos de combustível.

(Palavras-chave: máscara; caseira; funcionário)

CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

JURISPRUDÊNCIA

STF - Decisões Monocráticas - Medida Provisória nº 927/2020

As decisões monocráticas abaixo indeferem medidas cautelares para manter, na integralidade, os dispositivos da Medida Provisória nº 927/2020, no que diz respeito às medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus.

(Palavras-chave: ADI; cautelar; MP 927; trabalhista; acordo individual de trabalho)

ADI 6.342 MC/DF

ADI nº 6.344 MC/DF

ADI nº 6.346 MC/DF

ADI nº 6.348 MC/DF

ADI nº 6.349 MC/DF

ADI nº 6.352 MC/DF

ADI nº 6.354 MC/DF

STF - Decisão - ADI 6.363 MC/DF

Liminar não referendada pelo Tribunal Pleno.

Concede parcialmente medida cautelar para dar interpretação conforme à Constituição ao §4º do art. 11 da Medida Provisória 936/2020, de maneira a assentar que “[os] acordos individuais de redução de jornada de trabalho e de



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

salário ou de suspensão temporária de contrato de trabalho [...] deverão ser comunicados pelos empregadores ao respectivo sindicato laboral, no prazo de até dez dias corridos, contado da data de sua celebração”.

(Palavras-chave: ADI; acordo individual de trabalho; sindicato; MP 936)

MATERIAL DE APOIO

Informativo GIAC nº 12 - 14/04/2020

Temas: corte de salários e jornadas; teletrabalho e serviços essenciais; aquisição de EPI e equipamentos de ventilação, dentre outros.

Informativo GIAC nº 15 - 24/04/2020

Temas: orientações para navios, hotéis, instituições de acolhimento e hospitais de campanha; funcionamento de serviços essenciais para profissionais de transporte.

Informativo GIAC nº 16 - 28/04/2020

Temas: plano contingencial relativo à saúde mental de cuidadores profissionais da saúde e da força pública.

Informativo GIAC nº 17 - 29/04/2020

Temas: isolamento dos trabalhadores de áreas essenciais que integram os grupos de risco; testagem preventiva de médicos e enfermeiros; exame de detecção do COVID-19 no rol de procedimentos obrigatórios para beneficiários de plano de saúde.

Informativo GIAC nº 18 - 30/04/2020

Temas: orientação aos trabalhadores e empregadores no contexto da COVID-19; medidas para enfrentamento da COVID-19 no setor portuário; catálogo informativo para trabalhadores do setor mineral; contratação de profissionais de saúde.



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DECLARAÇÕES DE EMERGÊNCIA

DISPOSIÇÕES INTERNACIONAIS

Organização Mundial da Saúde

Declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – 30 de janeiro de 2020.

Categorização da COVID-19 como pandemia – 11 de março de 2020.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Portaria MS nº 188 – 03/02/2020

Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).

(Palavra-chave: ESPIN)

Portaria MS nº 454 – 20/03/2020

Declara, em todo território nacional, o estado de transmissão comunitária do novo coronavírus – COVID-19.

(Palavras-chave: transmissão; comunitária)

Decreto Legislativo nº 6 – 20/03/2020

Reconhece, para os fins do art. 65 da LRF, notadamente para as dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos para o exercício financeiro e da limitação de empenho do art. 9º da LRF, a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31/12/2020.

(Palavras-chave: calamidade; pública; LRF; fiscal)



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Decreto Estadual nº 19.549 – 18/03/2020

Declara Situação de Emergência em todo território baiano, em virtude do desastre classificado e codificado como Doença Infecciosa Viral – COBRADE 1.5.1.1.0, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19.

(Palavras-chave: emergência; COBRADE)

Decreto Estadual nº 19.626 – 09/04/2020

Declara Estado de Calamidade Pública em todo o território baiano, afetado por Doença Infecciosa Viral - COBRADE 1.5.1.1.0, conforme a Instrução Normativa do Ministério da Integração Nacional nº 02, de 20 de dezembro de 2016, para fins de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus, causador da COVID-19, e dá outras providências.

(Palavras-chave: calamidade pública; COBRADE)

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

SALVADOR

Decreto Municipal nº 32.268 – 18/03/2020 - Declara situação de emergência no Município de Salvador e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus.

(Palavra-chave: emergência)

CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Lei nº 13.979/2020 – 06/02/2020

Prevê, como medida de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, a requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, desde que garantido o pagamento posterior de indenização justa.

(Palavras-chave: requisição; indenização)

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Decreto Estadual nº 19.533 – 18/03/2020

Determina a requisição administrativa de EPIs: máscaras cirúrgicas, máscaras de proteção, luvas de procedimento, aventais hospitalares e óculos de proteção, bem como antissépticos para higienização.

(Palavras-chave: requisição; EPI; máscara; luva; avental; óculos; antisséptico)

Decreto Estadual nº 19.556 – 22/03/2020

Determina a requisição administrativa do Hospital Santa Clara, localizado em Salvador/Ba, e de todos os bens móveis que o guarnecem, tendo como objetivo o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

(Palavras-chave: requisição; Hospital Santa Clara)

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Decreto Municipal nº 32.268/2020 – 18/03/2020



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Permite a requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, garantido o pagamento posterior de justa indenização.

(Palavras-chave: requisição; permissão)

Decreto Municipal nº 32.275/2020 – 21/03/2020

Determina a requisição administrativa de EPIs: máscaras, luvas, aventais e óculos de proteção, bem como antissépticos para higienização.

(Palavras-chave: requisição; EPI; máscara; luva; avental; óculos; antisséptico)

Decreto Municipal nº 32.287 – 25/03/2020

Determina a requisição administrativa de serviços, incluindo hospedagem em hotéis, motéis e pousadas.

(Palavras-chave: requisição; hospedagem; hotel; motel; pousada)

JURISPRUDÊNCIA

STF – Decisão - ADPF nº 671/DF

Nega seguimento à ADPF ajuizada pelo PSOL na qual se pedia a determinação, a todos os entes federados, da execução de requisição administrativa da totalidade dos bens e serviços de pessoas jurídicas e físicas relativos à assistência à saúde prestados em regime privado, de forma a que o Poder Público passe a regular imediatamente a utilização dos leitos de UTI, mesmo nas redes privadas.

(Palavras-chave: decisão; requisição; UTI; leitos)



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

GESTÃO PÚBLICA

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Lei nº 13.979/2020 – 06/02/2020

Indica ser temporariamente dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, enquanto perdurar a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Dispõe sobre o procedimento da dispensa e do contrato administrativo dele oriundo. Determina limites para a concessão de suprimento de fundos e por item de despesa, para as aquisições e contratações.

(Palavras-chave: licitação; dispensa; aquisição; bem; bens; serviços)

Medida Provisória nº 921 – 07/02/2020

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 11.287.803,00, para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

(Palavras-chave: crédito; extraordinário; recurso; custeio; MD)

Medida Provisória nº 924 – 13/03/2020

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, no valor de R\$ 5.099.795.979,00, para atender a programação relacionada ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

(Palavras-chave: crédito; extraordinário; recurso; custeio; MEC; MS)

Portaria MS nº 395 – 16/03/2020

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo de Atenção de Média e alta Complexidade, no montante de R\$424.154.750,00, a ser disponibilizado aos Estados e DF, destinados às ações de enfrentamento do novo coronavírus.



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

(Palavras-chave: custeio; recurso; verba; transferência)

Portaria MS nº 430 – 19/03/2020

Estabelece incentivo financeiro federal de custeio no âmbito da Atenção Primária à Saúde, em caráter excepcional e temporário, com o objetivo de apoiar o funcionamento em horário estendido das Unidades de Saúde da Família (USF) ou Unidades Básicas de Saúde (UBS) no país, para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

(Palavras-chave: custeio; horário; estendido; unidade)

Portaria MS nº 480 – 23/03/2020

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de saúde no montante de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) a ser disponibilizado, em parcela única, aos Estados e DF, para o custeio das ações de saúde relacionadas ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

(Palavras-chave: custeio; recurso; verba; transferência)

Portaria MS nº 488 – 23/03/2020

Dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionam recursos ao SUS, para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos Estados, DF e Municípios.

(Palavras-chave: emenda; parlamentar; fundo; FNS)

Portaria MS nº 545 – 25/03/2020

Complementa a Portaria MS nº 488/2020 e determina que os recursos transferidos a Estados e Municípios em decorrência das emendas parlamentares serão aplicados preferencialmente em medidas de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

(Palavras-chave: emenda; parlamentar; fundo)



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Medida Provisória nº 938 – 02/04/2020

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

(Palavras-chave: transferência; recurso; apoio; financeiro; custeio; FPE; FPM)

Medida Provisória nº 951 – 15/04/2020

Estabelece normas sobre compras públicas, sanções em matéria de licitação e certificação digital e dá outras providências.

(Palavras-chave: licitação; compras)

Lei Complementar nº 172 – 15/04/2020

Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais.

(Palavras-chave: fundo; saúde; transferência)

Lei Federal nº 13.992 – 22/04/2020

Suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

(Palavras-chave: meta; contrato administrativo)



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Decreto Estadual nº 19.551 - 19/03/2020

Suspende a prorrogação e celebração de novos contratos administrativos que impliquem em acréscimo de despesa, a aquisição de imóveis, veículos, móveis, equipamentos e outros materiais permanentes, bem como contratação de cursos e formas de capacitação e treinamento de servidores públicos. Permite a execução de contratos firmados com a Administração Direta, autárquica ou fundacional em qualquer órgão da Administração Estadual. Determina a reanálise das licitações em curso e a reavaliação dos contratos em vigor, com renegociação de preços que não impliquem em aumento.

(Palavras-chave: despesa pública; licitação; contrato administrativo; renegociação; revisão)

Decreto Estadual nº 19.597 - 27/03/2020

Autoriza a Administração Pública do Poder Executivo Estadual a aceitar doação de bens móveis, sem ônus ou encargos, e a prestação não remunerada de serviços, oferecidos por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, com a finalidade de atendimento às ações de enfrentamento da COVID-19.

(Palavras-chave: doação; bem; bens; serviços)

Lei Estadual nº 14.257 - 06/04/2020

Dispõe sobre a realização de contratações públicas por dispensa de licitação, na forma da Lei Federal nº 13.979/2020, destinadas ao atendimento de demandas relacionadas ao enfrentamento ao novo coronavírus – COVID-19.

(Palavras-chave: dispensa; licitação)

Lei Estadual nº 14.259 - 14/04/2020



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Cria o Projeto Vale Alimentação Estudantil - PVAE, destinado a ações de transferência de renda aos estudantes da rede pública estadual de ensino, configurando benefício complementar emergencial, em razão do estado de calamidade pública em saúde decorrente da pandemia da COVID-19, e dá outras providências.

(Palavras-chave: merenda; cesta básica; alimentação; escola; PVAE)

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Municipal nº 9.517/2020 - 30/03/2020

Autoriza a prorrogação de ofício de contratos administrativos, atas de registros de preço e instrumentos congêneres com vencimento a partir de 19/03/2020, pelo prazo de duração da emergência até três meses após a decretação do fim da emergência, nas mesmas condições aventadas. Dispõe sobre a respeito da manutenção dos ajustes com entidades sem fins lucrativos.

(Palavras-chave: contrato administrativo; contrato de gestão; prorrogação)

Lei Municipal nº 9.524/2020 - 15/04/2020

Complementa a Lei Municipal nº 9.517/2020 com disposições acerca dos contratos de gestão. Altera a Lei Municipal nº 8.631/2020 para instituir hipótese de contratação direta decorrente de situação emergencial ou calamitosa. Trata da continuidade dos pagamentos dos médicos contratados por intermédio de pessoas jurídicas vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.

(Palavras-chave: contrato de gestão; pagamento; contratação emergencial)

CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

JURISPRUDÊNCIA

STF – Decisão – ADI 6357 MC/DF

Concede medida cautelar para conceder interpretação conforme à Constituição Federal aos artigos 14, 16, 17 e 24 da Lei de Responsabilidade Fiscal e 114, *caput, in fine* e § 14, da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2020, para, durante a emergência em Saúde Pública de importância nacional e o estado de calamidade pública decorrente de COVID-19, afastar a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento do contexto de calamidade gerado pela disseminação de COVID-19. A medida vale para todos os entes federativos que tenham decretado estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19.

(Palavras-chave: LRF; orçamento)

MATERIAL DE APOIO

Nota Técnica GT/CORONAVÍRUS MPBA nº 002 – 30/03/2020

Visa ao acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos e demais ajustes firmados com fundamento na Lei nº 13.979/2020.

(Palavras-chave: licitação; contrato)

Nota Técnica GT/CORONAVÍRUS MPBA nº 003 – 31/03/2020

Orienta os membros do Ministério Público do Estado da Bahia na atividade de fiscalização das medidas administrativas adotadas pelo Poder Público no enfrentamento do novo coronavírus, agente etiológico causador da COVID19.

(Palavras-chave: fiscalização)

Nota Técnica GT/CORONAVÍRUS MPBA nº 007 – 09/04/2020



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Visa a concretização do princípio da transparência quanto às medidas de execução orçamentária e de gestão pública adotadas para enfrentamento da emergência de Saúde Pública de importância internacional, decorrente do novo coronavírus.

(Palavras-chave: orçamento; despesa; gestão)

Parecer TCM BA nº 00577-20 (F.L.Q.)

Em consulta realizada pelo Prefeito de Madre de Deus, na qual questionava se a concessão de auxílio financeiro mensal para os trabalhadores ambulantes residentes na municipalidade viola as normas de finanças públicas, o TCM indicou que o apoio do Estado, em regra, deve sujeitar-se à disciplina legal dos arts. 16, 17, 24 e 42 da LRF, dentre outros. Entretanto, para os Entes Federados que já tiveram reconhecido por decreto do Poder legislativo o estado de calamidade pública em decorrência do surgimento da pandemia do COVID-19, indicou que o STF, nos autos da ADI n. 6357, afastou a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento do contexto de calamidade, enquanto perdurar a emergência em Saúde Pública de importância nacional e o estado de calamidade pública.

(Palavras-chave: auxílio; benefício; ambulantes; renda)

CNMP – A Atuação do Ministério Público em Face das Organizações Sociais de Saúde

Manual construído coletivamente, trata da atuação do MP na fiscalização das OSS contratadas pelo SUS para prestação de serviços de saúde. Capítulos: Introdução: atuação resolutiva e estruturante em saúde; Fiscalização dos contratos de gestão e a atuação na defesa do patrimônio público; Organizações sociais de saúde e a avaliação da qualidade do serviço; A fixação dos indicadores do contrato de gestão; Fiscalização contábil e financeira – ônus da prova, integridade e controle



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

concomitante nas prestações de contas das OSS; Fiscalização das condições ambientais de trabalho na área de saúde; Corrupção e a fiscalização das organizações sociais de saúde.

(Palavras-chave: manual; boas práticas; OSS)

CNMP – Ministério Público, Diálogos Institucionais e a Efetividade das Políticas Públicas de Saúde

Se aprofunda nos estudos nas experiências de promoção das políticas públicas de saúde e do desenvolvimento sustentável, dentro e fora do Ministério Público.

CNPG – Nota Pública nº 01/2020-GNDH/CNPG/COPELUC

Sugere a atuação do Ministério Público no sentido de orientar os gestores públicos a encaminharem os alimentos já adquiridos, para o consumo nas unidades públicas de ensino, aos alunos da rede ou da escola, priorizando aqueles em comprovada vulnerabilidade. Também orienta que, quanto aos novos alimentos a serem adquiridos durante o período de suspensão das aulas, assim como os recursos a serem disponibilizados para a alimentação escolar, seja realizado o acompanhamento junto às redes de ensino para garantir a segurança alimentar aos alunos. Recomenda, ainda, que ocorra a fiscalização e exigência de implementação de outras ações assistenciais de enfrentamento da fome.

(Palavras-chave: escola; alimentação; merenda)

Ministério da Economia - Nota Técnica SEI nº 12774/2020/ME

Dispõe sobre recomendações aos entes da federação quanto à contabilização e ao tratamento fiscal dos recursos recebidos e aplicados no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

(Palavras-chave: fiscal; recurso; aplicação)



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Informativo GIAC nº 03 – 22/03/2020

Temas: passageiros, portos e aeroportos; medicamento cloroquina; subnotificação; fechamento de vias terrestres; favelas e congêneres; pessoas em situação de rua; liberação de recursos para os Estados; cultos religiosos; leitos de UTI; cooperação internacional; aquisição de EPI; *fake news*; aglomeração de idosos em postos de vacinação; contratação de médicos estrangeiros.

Informativo GIAC nº 08 – 26/03/2020

Temas: gastos públicos com a pandemia; emendas parlamentares; população indígena; utilização do medicamento cloroquina no tratamento de COVID-19; regulamentação da telemedicina; distribuição de EPI; doações privadas; aumento abusivo de preços de fármacos.

Informativo GIAC nº 09 – 01/04/2020

Temas: chama atenção dos membros do MP para a necessidade de acompanhamento da destinação de verbas públicas utilizadas para o combate à pandemia de COVID-19.

Informativo GIAC nº 16 – 28/04/2020

Temas: utilização de recursos do Cofinanciamento Federal; banco de dados para gestão da informação concernente à COVID-19; aquisição de medicamentos e outros insumos, bem como possibilidade de requisição administrativa de insumos pelo Ministério da Saúde; Relatório Anual de Gestão das Secretarias de Saúde; repasses do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para estados e municípios.

Informativo GIAC nº 17 – 29/04/2020

Temas: ações realizadas no âmbito do sistema penitenciário federal; auxílio emergencial; habilitação de Unidades de Terapia Intensiva; destinação de crédito para ações de segurança alimentar e nutricional; abastecimento de



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

alimentos; funcionamento do setor agropecuário; iniciativa federal para a confecção em massa de máscaras de tecido; decisão de limitar o acesso a recursos escassos.

Informativo GIAC nº 18 – 30/04/2020

Temas: Importação de equipamentos usados para as unidades de terapia intensiva; Medidas tributárias adotadas no combate ao COVID-19; regras para aquisição de produtos de saúde; utilização de imóveis da União para instalação de hospitais de campanha; orientações aos órgãos da Administração Pública Federal; requisição de bens e serviços; contratação de profissionais de saúde; critérios para distribuição de respiradores.

Recomendação GIAC-COVID-19 nº 1 – 22/04/2020

Dispõe sobre o acompanhamento e fiscalização, por parte dos Ministérios Públicos, da destinação de verbas públicas utilizadas para o combate à Epidemia do Novo Coronavírus (COVID-19).

DOS SANTOS, Ricart César Coelho. Financiamento da Saúde Pública no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Lei Federal nº 13.993 – 23/04/2020

Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil.

Resolução MS nº 347 – 17/03/2020

Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a exposição à venda de preparações antissépticas ou sanitizantes oficinais.

(Palavras-chave: sanitizante; álcool; gel)

Resolução MS nº 348 – 17/03/2020

Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para tratamento de petições de registro de medicamentos, produtos biológicos e produtos para diagnóstico in vitro e mudança pós-registro de medicamentos e produtos biológicos em virtude da pandemia do novo coronavírus.

(Palavras-chave: procedimento; registro; medicamento)

Resolução RDC nº 349 – 19/03/2020

Define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para tratamento de petições de regularização de equipamentos de proteção individual, de equipamentos médicos do tipo ventilador pulmonar e de outros dispositivos médicos identificados como estratégicos pela ANVISA, para o enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

(Palavras-chave: procedimento; regularização; EPI; ventilador; respirador)



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Resolução RDC nº 351 – 20/03/2020

Atualiza a Lista de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial da ANVISA, Anexo I da Portaria SVS/MS nº 344 – 12/05/1998, para incluir a cloroquina e a hidroxicloroquina.

(Palavras-chave: cloroquina; hidroxicloroquina)

Resolução RDC nº 352 – 20/03/2020

Determina a necessidade temporária de autorização prévia da ANVISA para a exportação de cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, fentanil, midazolam, etossuximida, propofol, pancurônio, vancurônio, rocurônio, succinilcolina e ivermectina na forma de matéria-prima, produto semi-elaborado, produto a granel ou produto acabado.

(Palavras-chave: medicamento; cloroquina; exportação)

Resolução RDC nº 377 – 28/04/2020

Autoriza, em caráter temporário e excepcional, a utilização de "testes rápidos" (ensaios imunocromatográficos) para a COVID19 em farmácias, suspende os efeitos do § 2º do art. 69 e do art. 70 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009.

(Palavras-chave: teste)

JURISPRUDÊNCIA

STF – Decisão - ADPF nº 671/DF

Nega seguimento à ADPF ajuizada pelo PSOL na qual se pedia a determinação, a todos os entes federados, da execução de requisição



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

administrativa da totalidade dos bens e serviços de pessoas jurídicas e físicas relativos à assistência à saúde prestados em regime privado, de forma a que o Poder Público passe a regular imediatamente a utilização dos leitos de UTI, mesmo nas redes privadas.

(Palavras-chave: decisão; requisição; UTI; leitos)

MATERIAL DE APOIO

Hospital Sírio Libanês - Hidroxicloroquina e Cloroquina para Infecção por COVID-19: Revisão sistemática rápida.

Revisão conduzida pelo Hospital Sírio Libanês. Mapeia e avalia criticamente as evidências existentes sobre o uso de hidroxicloroquina e cloroquina para infecção por COVID-19.

(Palavras-chave: HSL; hidroxicloroquina; cloroquina; dados; evidências)

Ministério da Saúde - Nota Técnica nº 11/2020-DESF/SAPS/MS

Esclarece o método de distribuição adotado pelo Ministério da Saúde em relação à disponibilização de testes rápidos para detecção de anticorpos contra o novo coronavírus (SARS-CoV-2) para os Estados, bem como as recomendações de grupos prioritários para realização do teste.

(Palavras-chave: nota; teste; anticorpos)

Ministério da Saúde - Nota Informativa nº 3/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS

Passo-a-passo e procedimentos para a produção de máscaras caseiras para o combate à pandemia de coronavírus.

(Palavras-chave: manual; máscara; caseira)

Ministério da Saúde - Nota Informativa nº 5/2020-DAF/SCTIE/MS



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Trata do uso da cloroquina como terapia adjuvante no tratamento de formas graves do COVID-19.

MPMG – Parecer Jurídico nº 05/2020

Orienta os membros do MPMG, resguardada a independência funcional, a uma atuação que vise a tutela do direito à saúde em sua face coletiva, desencorajando a atuação em demandas individuais.

(Palavras-chave: direito; saúde; individual; indisponível)

MPF – Recomendação nº 12/2020

Recomenda à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo uma série de medidas dando cumprimento à Lei de Acesso à Informação, tais como: apresentar o quantitativo de estoque de materiais, insumos e equipamentos; apresentar o quantitativo dos materiais já adquiridos, mas que ainda não constam em estoque; publicação de boletim diário com atualização de tais informações; especificar os materiais já distribuídos aos municípios; apresentar planejamento para a resolução de problemas de falta de tais materiais.

(Palavras-chave: recomendação; informação; materiais; medicamentos; insumos; equipamentos; ventiladores)

Informativo GIAC nº 03 – 22/03/2020

Temas: passageiros, portos e aeroportos; medicamento cloroquina; subnotificação; fechamento de vias terrestres; favelas e congêneres; pessoas em situação de rua; liberação de recursos para os Estados; cultos religiosos; leitos de UTI; cooperação internacional; aquisição de EPI; *fake news*; aglomeração de idosos em postos de vacinação; contratação de médicos estrangeiros.

Informativo GIAC nº 05 – 23/03/2020



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Temas: kits de teste e EPI; *fake news*; serviços essenciais; fechamento de rodovias e circulação de cargas; aumento abusivo de preços de insumos; flexibilização de procedimentos de aprovação de medicamentos e tratamentos.

Informativo GIAC nº 06 – 24/03/2020

Temas: falta de EPI; utilização de máscaras artesanais; corte de energia elétrica; flexibilização de procedimentos de aprovação de medicamentos e tratamentos.

Informativo GIAC nº 08 – 26/03/2020

Temas: gastos públicos com a pandemia; emendas parlamentares; população indígena; utilização do medicamento cloroquina no tratamento de COVID-19; regulamentação da telemedicina; distribuição de EPI; doações privadas; aumento abusivo de preços de fármacos.

Informativo GIAC nº 11 – 06/04/2020

Temas: falta de disponibilidade de hidrocloroquina para pacientes com malária, artrite e lúpus; aglomeração de idosos em razão da vacinação contra gripe; contratação de médicos cubanos em situação de ilegalidade no país; desenvolvimento de aplicativo de celular para monitorar casos suspeitos; limitação ou impedimento de marketplaces que comercializam itens essenciais para profissionais de saúde em grande quantidades e a preços altos; manejo de corpos; relatos sintomáticos de perda de olfato; relação entre as esferas de governo no enfrentamento à pandemia; atuação dos hospitais universitários; internação compulsória, dentre outros.

Informativo GIAC nº 12 – 14/04/2020

Temas: calculadora de projeção de pressão hospitalar por COVID-19; painel de monitoramento de casos suspeitos; estudos e protocolos acerca de medicamentos; desenvolvimento de vacina e/ou terapia profilática; aquisição de EPI e equipamentos de ventilação; notificação de casos suspeitos, dentre outros.



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Informativo GIAC nº 13 – 17/04/2020

Temas: notificação compulsória da ocupação de leitos; subnotificação monitoramento de casos suspeitos; tratamento.

Informativo GIAC nº 14 – 23/04/2020

Temas: plano de contingência para recolhimento e sepultamento de corpos; distribuição do fármaco AVIGAN; flexibilização das normas atinentes à produção de insumos para a saúde; métodos de esterilização de máscaras; eficácia de máscaras de tecido e *face shield*; obrigatoriedade de uso de máscaras para o acesso a ambientes fechados e filas; atuação do Ministério da Saúde junto aos laboratórios públicos e ao sistema de saúde privado; unidades para tratamento de dependentes químicos; rede de atendimento domiciliar.

Informativo GIAC nº 15 – 24/04/2020

Temas: testes para COVID-19; habilitação de leitos de UTI; uso de cloroquina e hidroxicloroquina (Parecer do CFM); vedação da prática de teleperícias ou perícias virtuais sem exame direto; facilitação de desembarço aduaneiro de mercadorias destinadas ao combate da COVID-19 cápsula de ventilação não invasiva (apontada como solução para o tratamento/oxigenação de pacientes); ampliação do prazo de validade de receitas médicas.

Informativo GIAC nº 16 – 28/04/2020

Temas: habilitação de Unidades de Terapia Intensiva; protocolos bioéticos de decisão quanto à internação de pacientes em leitos de UTI, considerando o aumento do número de casos confirmados de COVID-19 e a crescente demanda por leitos de terapia intensiva; banco de dados para gestão da informação concernente à COVID-19; aquisição de medicamentos e outros insumos, bem como possibilidade de requisição administrativa de insumos pelo Ministério da Saúde.

Informativo GIAC nº 17 – 29/04/2020



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Temas: RT-PCR e Teste Rápido; ações realizadas no âmbito do sistema penitenciário federal; habilitação de Unidades de Terapia Intensiva testes em laboratórios agropecuários; providências para a criação de leitos no estado de Pernambuco; iniciativa federal para a confecção em massa de máscaras de tecido; testagem preventiva de médicos e enfermeiros; exame de detecção do COVID-19 no rol de procedimentos obrigatórios para beneficiários de plano de saúde; decisão de limitar o acesso a recursos escassos.

Informativo GIAC nº 18 - 30/04/2020

Temas: Importação de equipamentos usados para as unidades de terapia intensiva; manutenção de ventiladores pulmonares; regras para aquisição de produtos de saúde; critérios para distribuição de respiradores.

GESTÃO E LACTAÇÃO

MATERIAL DE APOIO

Nota Técnica GT/CORONAVÍRUS MPBA nº 006 – 09/04/2020

Orienta a atuação dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia para a efetivação do direito à proteção à maternidade e garantia da saúde das mulheres grávidas e lactantes durante a pandemia do COVID-19.

(Palavras-chave: maternidade; gestante; lactante)

Nota Técnica nº 5/2020-COCAM/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS

Dispõe sobre condutas para a realização de doação de leite materno aos bancos de leite humano e postos de coleta de leite humano no contexto da infecção do novo coronavírus (SARS-CoV-2).

(Palavras-chave: leite; materno)

Nota Técnica nº 6/2020-COCAM/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS

Dispõe sobre atenção à saúde do recém-nascido no contexto da infecção pelo novo coronavírus.

(Palavra-chave: recém-nascido)

Nota Técnica nº 7/2020-DAPES/SAPS/MS

Dispõe sobre a amamentação em situação de risco iminente de transmissão do novo coronavírus, em situações que a mãe apresente sintomatologia compatível com síndrome gripal.

(Palavra-chave: amamentação)

Nota Técnica nº 7/2020-COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Atenção às gestantes no contexto da infecção COVID-19 causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).

Nota Técnica nº 9/2020-COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS

Recomendações para o trabalho de parto, parto e puerpério durante a pandemia da COVID-19.

Nota Técnica nº 10/2020-COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS

Recomendações para as consultas ambulatoriais de saúde da mulher durante a pandemia da COVID-19.

Nota Técnica nº 12/2020-COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS

Infecção COVID-19 e os riscos às mulheres no ciclo gravídico-puerperal.

USP - Curso de Obstetrícia - Boletim COVID-19

Temas: Recomendação e estratégias para o enfrentamento do COVID-19 durante a gestação, o parto, o pós-parto e nos cuidados com recém-nascido; Cuidado à mulher com sintomas ou diagnóstico de COVID-19 no trabalho de parto e parto; Recomendação para o cuidado com as mulheres e os recém-nascidos no período pós-parto; Recomendações quanto ao aleitamento materno.



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DISPOSIÇÕES INTERNAS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

CESAU - Biblioteca virtual

Contém material técnico referente à pandemia do novo coronavírus – COVID-19, incluindo modelos de peças.

LUPA MPBA

Ferramenta de buscas de documentos do Ministério Público do Estado da Bahia.

Disposições da Procuradoria-Geral de Justiça

Portaria nº 519 – 13/03/2020

Dispõe sobre as medidas emergenciais e provisórias de prevenção ao novel coronavírus (SARS-coV-2) e à COVID-19, doença provocada pelo referido agente etiológico, no âmbito do Ministério Público do estado da Bahia.

Portaria nº 538 – 17/03/2020

Dispõe sobre novas medidas emergenciais e provisórias de prevenção ao novel coronavírus (SARS-coV-2) e à COVID-19, doença provocada pelo referido agente etiológico, no âmbito do Ministério Público do estado da Bahia, aplicáveis até 30/03/2020, inclusive, passíveis de prorrogação.

Portaria nº 566 – 23/03/2020

Estabelece, no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, regime de Plantão Extraordinário, para uniformizar o funcionamento de suas atividades, com



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

o objetivo de prevenir o contágio pelo novo coronavírus – COVID-19, e garantir à sociedade o acesso aos seus serviços neste período emergencial, com base no disposto na Lei nº 13.979/2020, Portaria nº 519/2020, Portaria nº 538/2020 e Resolução CNJ nº 313/2020.

Portaria nº 723 – 16/04/2020

Dispõe sobre medidas complementares de prevenção ao novel coronavírus (SARS-coV-2) e à COVID-19, doença provocada pelo referido agente etiológico, no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, passíveis de prorrogação.

Recomendação nº 002/2020 – GPGJ - 18/03/2020

Recomenda às Promotorias de Justiça do Estado da Bahia que abram Procedimento Administrativo para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, as políticas públicas e a atuação dos gestores municipais e estaduais no que diz respeito ao enfrentamento do novo coronavírus - COVID-19.

Notas Técnicas do Grupo de Trabalho para Ações de Enfrentamento do Novo Coronavírus – GT/CORONAVÍRUS

Nota Técnica nº 001 – 28/03/2020

Visa o acompanhamento e fiscalização dos atos públicos que importem aglomeração de pessoas, em violação aos decretos estaduais e municipais, editados para combater e prevenir a doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19).

(Palavras-chave: evento; aglomeração)

Nota Técnica nº 002 – 30/03/2020

Visa ao acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos e demais ajustes firmados com fundamento na Lei nº 13.979/2020.

(Palavras-chave: licitação; contrato)



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Nota Técnica nº 003 – 31/03/2020

Orienta os membros do Ministério Público do Estado da Bahia na atividade de fiscalização das medidas administrativas adotadas pelo Poder Público no enfrentamento do novo coronavírus, agente etiológico causador da COVID19.

(Palavras-chave: fiscalização)

Nota Técnica nº 004 – 02/04/2020

Orienta a atuação dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia face ao Poder Público quanto à possibilidade de implementação de bloqueios sanitários intermunicipais e interestaduais.

(Palavras-chave: bloqueio; sanitário; barreira)

Nota Técnica nº 005 – 03/04/2020

Orienta a atuação dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia face ao Poder Público em relação às medidas não farmacológicas de mitigação da pandemia de COVID-19, notadamente quanto à abertura e ao fechamento dos espaços acessíveis ao público.

(Palavras-chave: espaço; locomoção)

Nota Técnica nº 006 – 09/04/2020

Orienta a atuação dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia para a efetivação do direito à proteção à maternidade e garantia da saúde das mulheres grávidas e lactantes durante a pandemia do COVID-19.

(Palavras-chave: maternidade; gestante; lactante)

Nota Técnica nº 007 – 09/04/2020

Visa a concretização do princípio da transparência quanto às medidas de execução orçamentária e de gestão pública adotadas para enfrentamento da



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

emergência de Saúde Pública de importância internacional, decorrente do novo coronavírus.

(Palavras-chave: orçamento; despesa; gestão)

Nota Técnica nº 008/2020 – 16/04/2020

Orienta a atuação dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia na fiscalização da regulação do acesso a leitos de internação em enfermarias e em unidades de cuidados intensivos e semi-intensivos, durante a pandemia de COVID-19.

(Palavras-chave: leito; enfermaria; direito individual)

Recomendação GT/CORONAVÍRUS – 17/04/2020

Recomenda ao secretário de administração penitenciária da Bahia que desenvolva plano de prevenção de infecções e capacite os trabalhadores das unidades prisionais nas boas práticas de higiene sanitária, bem como disponibilize EPI.

(Palavras-chave: recomendação; penitenciária; plano de prevenção)

Informações e Orientações Técnicas – Centros de Apoio do MPBA

Informação Técnica Conjunta CEDUC/CAOPAM/CAOCA nº 01/2020

Trata da alimentação escolar no período de suspensão das aulas das escolas públicas, por motivo de prevenção ao coronavírus.

(Palavras-chave: escola; alimentação; merenda)

Informação Técnica Conjunta CEDUC/CAOPAM/CAOCA nº 02/2020

Trata da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no período de suspensão das aulas das escolas públicas, por motivo de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus.

CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

(Palavras-chave: escola; alimentação; PNAE)

Informação Técnico-Jurídica nº 01/2020/MPBA/CAOCRIM

Dispõe sobre os principais atos normativos de combate e prevenção à pandemia da COVID-19 e aspectos penais relevantes.

(Palavras-chave: penal; crime; CAOCRIM)

Informação Técnico Jurídica CAOCA nº 01/2020

Trata do funcionamento dos Conselhos Tutelares durante o estado de emergência decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)

(Palavras-chave: conselho; tutelar)

Informação Técnico-Jurídica CAOCA/CAODH nº 02/2020

Trata do funcionamento da rede socioassistencial, pública e privada, do Sistema Único de Assistência Social na proteção da criança e do adolescente durante o estado de emergência decorrente da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Nota Técnica CEDUC nº 01/2020

Dispõe sobre a suspensão das aulas por motivo de prevenção ao coronavírus: calendário escolar e atividades escolares a distância

(Palavras-chave: aula; escola; calendário)

Recomendação CEACON nº 06/2020

Contratos educacionais. Ensino não presencial; readequação; educação infantil, ensino fundamental e médio. Pandemia Coronavírus (COVID-19). Recomendações.



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Material oriundo de outros ramos do Ministério Público

Nota Técnica Conjunta nº 1/2020 – CES/CNMP/1ªCCR – 26/02/2020

Nota Técnica referente a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro em face da declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional para o coronavírus (COVID-19). Conselho Nacional do Ministério Público e 1º Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Nota Técnica Conjunta nº 02/2020 – PGT/CODEMAT/CONAP

Nota Técnica para a atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho em face da declaração de pandemia da doença infecciosa (COVID 19) do novo coronavírus, declarada pela Organização Mundial de Saúde – OMS.

Boletim Informativo Complementar – Coronavírus – MPMT

Compilado de Legislação, notícias, materiais de apoio e artigos relacionados à pandemia do novo coronavírus, confeccionado pelo Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e da Defesa da Probidade Administrativa do Ministério Público do Estado do Mato Grosso.



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

GABINETE INTEGRADO DE ACOMPANHAMENTO DA EPIDEMIA

GIAC-COVID-19

APTUS COVID-19 – Base de dados colaborativa do Ministério Público Brasileiro

Ferramenta de buscas que concentra documentos expedidos pelo Ministério Público Brasileiro a respeito da pandemia do novo coronavírus.

Informativos direcionados aos membros do Ministério Público

Documentos emitidos pelo GIAC-COVID-19 que visam agregar conhecimento apto a basear a atuação de membros do Ministério Público Brasileiro na pandemia do novo coronavírus.

Recomendações

Recomendação GIAC-COVID-19 nº 1 – 22/04/2020

Dispõe sobre o acompanhamento e fiscalização, por parte dos Ministérios Públicos, da destinação de verbas públicas utilizadas para o combate à Epidemia do Novo Coronavírus (COVID-19).

Informativos

Informativo GIAC nº 03 – 22/03/2020

Temas: passageiros, portos e aeroportos; medicamento cloroquina; subnotificação; fechamento de vias terrestres; favelas e congêneres; pessoas em situação de rua; liberação de recursos para os Estados; cultos religiosos; leitos de



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

UTI; cooperação internacional; aquisição de EPI; *fake news*; aglomeração de idosos em postos de vacinação; contratação de médicos estrangeiros.

Informativo GIAC nº 04 – 22/03/2020

Temas: ações de vigilância epidemiológica em portos e aeroportos; protocolo para realização de velórios e funerais.

Informativo GIAC nº 05 – 23/03/2020

Temas: kits de teste e EPI; *fake news*; serviços essenciais; fechamento de rodovias e circulação de cargas; aumento abusivo de preços de insumos; flexibilização de procedimentos de aprovação de medicamentos e tratamentos.

Informativo GIAC nº 06 – 24/03/2020

Temas: falta de EPI; utilização de máscaras artesanais; corte de energia elétrica; flexibilização de procedimentos de aprovação de medicamentos e tratamentos.

Informativo GIAC nº 07 – 25/03/2020

Temas: desencoraja a atuação do Ministério Público como intermediário entre o gestor local de saúde e o Ministério da Saúde. Determina os membros focalizadores do MP nos Estados.

Informativo GIAC nº 08 – 26/03/2020

Temas: gastos públicos com a pandemia; emendas parlamentares; população indígena; utilização do medicamento cloroquina no tratamento de COVID-19; regulamentação da telemedicina; distribuição de EPI; doações privadas; aumento abusivo de preços de fármacos.

Informativo GIAC nº 09 – 01/04/2020

Temas: chama atenção dos membros do MP para a necessidade de acompanhamento da destinação de verbas públicas utilizadas para o combate à pandemia de COVID-19.



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Informativo GIAC nº 10 – 02/04/2020

Temas: divulga a assinatura do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o MPF, CNMP, MS, ANVISA, CONASS e CONASEMS, que tem por objetivo estabelecer formas de cooperação entre os signatários, com visa a promover ações integradas e coordenadas, bem como permitir o fluxo de informações relevantes para o enfrentamento da crise do coronavírus.

Informativo GIAC nº 11 – 06/04/2020

Temas: distribuição de EPI a pessoas oriundas do exterior; medidas de desinfecção de portos e aeroportos; triagem de passageiros nos aeroportos; normatização da restrição de embarcações em portos sob concessão e municipais; estabelecimentos comerciais abertos em aeroportos; falta de disponibilidade de hidrocloroquina para pacientes com malária, artrite e lúpus; aglomeração de idosos em razão da vacinação contra gripe; contratação de médicos cubanos em situação de ilegalidade no país; desenvolvimento de aplicativo de celular para monitorar casos suspeitos; prevenção e enfrentamento da pandemia no ambiente prisional; fechamento de fronteiras; delegação para elaborar recomendações acerca de restrições ao transporte rodoviário; indivíduos em situação de rua; população das favelas e das periferias; renda mínima; limitação ou impedimento de marketplaces que comercializam itens essenciais para profissionais de saúde em grande quantidades e a preços altos; repatriação de brasileiros no exterior; telecomunicações; manejo de corpos; relatos sintomáticos de perda de olfato; relação entre as esferas de governo no enfrentamento à pandemia; atuação dos hospitais universitários; internação compulsória; evitamento do desabastecimento.

Informativo GIAC nº 12 – 14/04/2020

Temas: calculadora de projeção de pressão hospitalar por COVID-19; painel de monitoramento de casos suspeitos; estudos e protocolos acerca de medicamentos; chegada da doença por meio de passageiros, portos e aeroportos;



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

desenvolvimento de vacina e/ou terapia profilática; corte de salários e jornadas; repasse orçamentário do governo federal aos Estados; fechamento de vias terrestres intermunicipais e interestaduais (bloqueios sanitários); teletrabalho e serviços essenciais; restrição temporária e excepcional de locomoção; brasileiros no exterior; aquisição de EPI e equipamentos de ventilação; notificação de casos suspeitos.

Informativo GIAC nº 13 – 17/04/2020

Temas: notificação compulsória da ocupação de leitos; subnotificação monitoramento de casos suspeitos; tratamento.

Informativo GIAC nº 14 – 23/04/2020

Temas: plano de contingência para recolhimento e sepultamento de corpos; distribuição do fármaco AVIGAN; flexibilização das normas atinentes à produção de insumos para a saúde; métodos de esterilização de máscaras; eficácia de máscaras de tecido e *face shield*; obrigatoriedade de uso de máscaras para o acesso a ambientes fechados e filas; atuação do Ministério da Saúde junto aos laboratórios públicos e ao sistema de saúde privado; unidades para tratamento de dependentes químicos; rede de atendimento domiciliar.

Informativo GIAC nº 15 – 24/04/2020

Temas: orientações para navios, hotéis, instituições de acolhimento e hospitais de campanha; testes para COVID-19; habilitação de leitos de UTI; uso de cloroquina e hidroxicloroquina (Parecer do CFM); vedação da prática de teleperícias ou perícias virtuais sem exame direto; destinação de merenda escolar para população de baixa renda; facilitação de desembaraço aduaneiro de mercadorias destinadas ao combate da COVID-19; corte no bolsa família em meio à pandemia; funcionamento de serviços essenciais para profissionais de transporte; estratégia sanitária para população indígena; cápsula de ventilação não invasiva (apontada como solução para o tratamento/oxigenação de pacientes); ampliação do prazo de validade de receitas médicas.



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Informativo GIAC nº 16 – 28/04/2020

Temas: Ações na área de alimentos; habilitação de Unidades de Terapia Intensiva; cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento; isenção no pagamento da conta de luz; Comunidades Terapêuticas; utilização de recursos do Cofinanciamento Federal; portal de monitoramento das instituições de ensino; aplicativo Direitos Humanos BR para o registro de denúncias; povos ciganos e quilombolas; protocolos bioéticos de decisão quanto à internação de pacientes em leitos de UTI, considerando o aumento do número de casos confirmados de COVID-19 e a crescente demanda por leitos de terapia intensiva; banco de dados para gestão da informação concernente à COVID-19; aquisição de medicamentos e outros insumos, bem como possibilidade de requisição administrativa de insumos pelo Ministério da Saúde; plano contingencial relativo à saúde mental de cuidadores profissionais da saúde e da força pública; Relatório Anual de Gestão das Secretarias de Saúde; repasses do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para estados e municípios.

Informativo GIAC nº 17 – 29/04/2020

Temas: RT-PCR e Teste Rápido; ações realizadas no âmbito do sistema penitenciário federal; auxílio emergencial; habilitação de Unidades de Terapia Intensiva; destinação de crédito para ações de segurança alimentar e nutricional; abastecimento de alimentos; testes em laboratórios agropecuários; merenda escolar; funcionamento do setor agropecuário; providências para a criação de leitos no estado de Pernambuco; isolamento dos trabalhadores de áreas essenciais que integram os grupos de risco; iniciativa federal para a confecção em massa de máscaras de tecido; testagem preventiva de médicos e enfermeiros; exame de detecção do COVID-19 no rol de procedimentos obrigatórios para beneficiários de plano de saúde; decisão de limitar o acesso a recursos escassos.

Informativo GIAC nº 18 – 30/04/2020



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Temas: Importação de equipamentos usados para as unidades de terapia intensiva; medidas tributárias adotadas no combate ao COVID-19; manutenção de ventiladores pulmonares; regras para aquisição de produtos de saúde; orientação aos trabalhadores e empregadores no contexto da COVID-19; utilização de imóveis da união para instalação de hospitais de campanha; orientações aos órgãos da administração pública federal; requisição de bens e serviços; medidas para enfrentamento da COVID-19 no setor portuário; catálogo informativo para trabalhadores do setor mineral; contratação de profissionais de saúde; critérios para distribuição de respiradores.



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Portarias

Portaria CNMP-PRESI nº 44 - 12/03/2020

Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Portaria CNMP-PRESI nº 47 - 18/03/2020

Altera a Portaria CNMP-PRESI nº 44, de 12 março de 2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19).

Portaria CNMP-PRESI nº 48 - 19/03/2020

Suspende as atividades incompatíveis com o trabalho remoto e, temporariamente, todos os prazos processuais.

Resoluções

Resolução CNMP nº 208 - 13/03/2020

Suspende a vigência de dispositivos de Resoluções expedidas por este Conselho Nacional do Ministério Público.

Resolução CNMP nº 209 - 27/03/2020

Dispõe sobre a criação do Plenário por Videoconferência no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, em razão da pandemia de Coronavírus (COVID-19).

Resolução CNMP nº 210 - 14/04/2020

Uniformiza, no âmbito do Ministério Público da União e dos Ministérios Públicos dos Estados, medidas de prevenção à propagação do contágio pelo novo



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Coronavírus (COVID-19) e de resguardo à continuidade do serviço público prestado nas unidades e ramos ministeriais no país.

Recomendações

Recomendação CNMP nº 71 – 18/03/2020

Recomenda aos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – COVID-19, com relação ao ato da oitiva informal a que se refere o artigo 179 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Notas Técnicas

Nota Técnica Conjunta nº 1/2020 – CES/CNMP/1ªCCR – 26/02/2020

Nota Técnica referente a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro em face da declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional para o coronavírus (COVID-19). Conselho Nacional do Ministério Público e 1º Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Portarias

Portaria CNJ nº 52 – 12/03/2020

Estabelece, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus – COVID-19, considerada a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS.

Portaria CNJ nº 57 – 20/03/2020

Inclui no Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão o caso Coronavírus – COVID-19.

Portaria Conjunta CNJ/MS nº 01 – 30/03/2020

Estabelece procedimentos excepcionais para sepultamento e cremação de corpos durante a situação de pandemia do coronavírus, com a utilização da Declaração de Óbito emitida pelas unidades de saúde, apenas nas hipóteses de ausência de familiares ou de pessoas conhecidas do obituado ou em razão de exigência de saúde pública, e dá outras providências.

Portaria CNJ nº 61 – 31/03/2020

Institui a plataforma emergencial de videoconferência para realização de audiências e sessões de julgamento nos órgãos do Poder Judiciário, no período de isolamento social, decorrente da pandemia COVID-19.

Resoluções

Resolução CNJ nº 312 – 19/03/2020



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Altera o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça para acrescentar o art. 118-B, que amplia as hipóteses de julgamento por meio eletrônico.

Resolução CNJ nº 313 – 19/03/2020

Estabelece, no âmbito do Poder Judiciário, regime de Plantão Extraordinário, para uniformizar o funcionamento dos serviços judiciários, com o objetivo de prevenir o contágio pelo novo Coronavírus – COVID-19, e garantir o acesso à justiça neste período emergencial.

Resolução CNJ nº 314 – 20/04/2020

Prorroga, no âmbito do Poder Judiciário, em parte, o regime instituído pela Resolução nº 313, de 19 de março de 2020, modifica as regras de suspensão de prazos processuais e dá outras providências.

Recomendações

Recomendação CNJ nº 62 – 17/03/2020

Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – COVID-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

Recomendação CNJ nº 63 – 31/03/2020

Recomenda aos Juízos com competência para o julgamento de ações de recuperação empresarial e falência a adoção de medidas para a mitigação do impacto decorrente das medidas de combate à contaminação pelo novo coronavírus causador da COVID-19.



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

**Recomendação Conjunta CNI/CNMP/MDH/MCidadania nº 01 -
16/04/2020**

Dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (COVID-19), em todo o território nacional e dá outras providências.



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Decretos Judiciários

Decreto Judiciário nº 203 – 12/03/2020

Estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Suspende temporariamente a visitação pública e o atendimento presencial do público externo que puder ser prestado por meio eletrônico ou telefônico, bem como a entrada de público externo nas bibliotecas, restaurantes e lanchonetes da sede do TJBA. Restringe o acesso ao Plenário nos dias sessão de julgamento.

(Palavras-chave: TJBA; visitação; atendimento; biblioteca; restaurante)

Decreto Judiciário nº 211 – 16/03/2020

Traz disposições administrativas internas no enfrentamento do novo coronavírus. Suspende temporariamente o atendimento presencial do público externo nas serventias do Poder Judiciário, de primeiro e segundo graus, bem como nas unidades administrativas, exceto em casos excepcionais e de medidas de urgência. Suspende os prazos dos processos físicos judiciais em todo o Estado. Suspende as audiências e sessões de julgamento do Primeiro Grau, inclusive dos Tribunais de Júri, que não possam ser realizadas por meio virtual. Dispõe sobre o julgamento dos órgãos do TJ e Turmas Recursais.

(Palavras-chave: TJBA; suspensão; prazo; processo; físico)

Decreto Judiciário nº 213 – 17/03/2020

Suspende as audiências de custódia e de apresentação de adolescentes em conflito com a lei. Suspende as sessões de Julgamento pelos órgãos do Tribunal de



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Justiça, inclusive a votação antecipada no sistema eletrônico, excetuadas as Turmas Recursais.

(Palavras-chave: TJBA; audiência de custódia)

Decreto Judiciário nº 225 – 19/03/2020

Disciplina o uso dos sistemas e recursos computacionais por servidores e magistrados em regime de teletrabalho.

(Palavras-chave: TJBA; teletrabalho)

Decreto Judiciário nº 226 – 20/03/2020

Dispõe sobre a adoção do teletrabalho pelas unidades administrativas do TJBA.

(Palavras-chave: TJBA; teletrabalho)

Decreto Judiciário nº 237 – 25/03/2020

Suspende as audiências e sessões de julgamento do Primeiro Grau de jurisdição, inclusive dos Tribunais do Júri, até o dia 30/04/2020.

(Palavras-chave: TJBA; prazo)

Decreto Judiciário nº 244 – 30/03/2020

Disciplina o uso de videoconferência nas sessões de julgamento dos Órgãos de Segundo Grau do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia no período de declaração pública de pandemia e dá outras providências.

(Palavras-chave: TJBA; videoconferência)

Decreto Judiciário nº 245 – 30/03/2020

Disciplina o uso de videoconferência nas sessões de julgamento das Turmas Recursais do Sistema Estadual dos Juizados Especiais que utilizam o



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Sistema PROJUDI no período de declaração pública de pandemia e dá outras providências.

(Palavras-chave: TJBA; videoconferência)

Decreto Judiciário nº 246 – 01/04/2020

Cessa a suspensão dos prazos na esfera recursal, inicialmente determinada pelo Decreto Judiciário nº 211, de 16 de março de 2020, e estendida pelo Ato Conjunto nº 05, de 23 de março de 2020, para as Turmas Recursais que utilizam o sistema PROJUDI, inclusive quanto ao prazo para pedido de sustentação oral por advogado, nos termos do art. 1º, §1º, do Ato Conjunto n. 08/2019, até o efetivo julgamento do recurso, adotando-se, temporária e excepcionalmente, o procedimento estabelecido no decreto.

(Palavras-chave: TJBA; prazo)

Decreto Judiciário nº 269 – 27/04/2020

Altera o Decreto nº 245, de 30 de março de 2020, que disciplina o uso de videoconferência nas sessões de julgamento das Turmas Recursais do Sistema Estadual dos Juizados Especiais que utilizam o Sistema PROJUDI no período de declaração pública de pandemia.

(Palavras-chave: TJBA; videoconferência; Turma Recursal)

Decreto Judiciário nº 271 – 28/04/2020

Disciplina o uso de videoconferência nas sessões de julgamento dos Órgãos de Segundo Grau do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, no período de declaração pública de pandemia e da outras providencias.

(Palavras-chave: TJBA; videoconferência; Segundo Grau)

Decreto Judiciário nº 272 – 27/04/2020

Altera o Decreto nº 245, de 30 de março de 2020, que disciplina o uso de videoconferência nas sessões de julgamento das Turmas Recursais do Sistema



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Estadual dos Juizados Especiais que utilizam o Sistema PROJUDI no período de declaração pública de pandemia.

(Palavras-chave: TJBA; videoconferência; Turma Recursal)

Atos Conjuntos

Ato Conjunto nº 003 – 18/03/2020

Suspende os prazos dos processos eletrônicos judiciais em todo o Estado, mantida a suspensão dos prazos dos processos físicos, como determinado no Decreto nº 211/2020. Institui o regime de plantão e de teletrabalho para as unidades judiciárias da Justiça Comum de todo o Estado.

(Palavras-chave: TJBA; prazo; plantão)

Ato Conjunto nº 04 – 23/03/2020

Determina aos magistrados medidas preventivas para sistemas de justiça penal e socioeducativa.

(Palavras-chave: TJBA; penal; crime)

Ato Conjunto nº 05 – 23/03/2020

Prorroga a suspensão dos prazos processuais até a data de 30/04/2020, bem como o regime de teletrabalho. Suspende o atendimento presencial de partes, advogados e interessados.

(Palavras-chave: TJBA; teletrabalho; atendimento)

Ato Conjunto nº 006 – 01/04/2020

Estabelece medidas para a redução, racionalização, contingenciamento, contenção, monitoramento e controle das despesas de pessoal, custeio e



CORONAVÍRUS COVID-19



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

investimento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, na forma que indica e dá outras providências.

(Palavras-chave: TJBA; gasto; custeio; receita; despesa)

Ato Conjunto nº 007 – 29/04/2020

Prorroga, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, em parte, o regime instituído pelo Ato Conjunto nº 003, de 18 de março de 2020, modifica as regras de suspensão de prazos processuais e dá outras providências.

(Palavras-chave: prazo; processo físico)